

POVOS INDÍGENAS E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO MACIÇO DO BATURITÉ, CEARÁ: A ARQUEOLOGIA INDÍGENA DO POVO KARÃO JAGUARIBARAS

Gleidison Karão Jaguaribaras (Francisco Gleidison Cordeiro Lima)¹
Rhuan Carlos dos Santos Lopes²

RESUMO

A perspectiva de pautar a presença indígena no Maciço do Baturité ao longe se nota pela grande abundância de recursos naturais e a noção do uso e dispersão humana do território bem como o apontamento de alguns costumes em tempos longínquos. Analisado à luz de levantamento de documentos históricos primários, dados secundários arqueológicos e narrativas orais acerca da presença dos povos indígenas e seus vestígios ancestrais no Maciço de Baturité no Estado do Ceará, nos leva a bordo de um outro ângulo pouco abordado por autores sobre a região: a forte presença indígena no território estudado. Assim, a pesquisa estabeleceu interlocução direta com o povo Karão Jaguaribaras, considerando aspectos diacríticos no território, como os sítios arqueológicos e demais dados levantados. Rotas migratórias, populações indígenas e aldeamentos se apresentam de forma dinâmica, transitando na história desse lugar. Tendo em vista esse contexto, e a mobilização indígena no Maciço, ainda há muito trabalho a ser realizado dentro desse rico campo de aprendizagem, para que possamos nos aproximar cada vez mais da realidade e entender a dimensão histórica, cultural e patrimonial.

Palavras-chave: Indígenas; Memória; Migração; Karão Jaguaribaras; Arqueologia.

ABSTRACT

The perspective of guiding the indigenous presence in the Maciço do Baturité in the distance is noted by the great abundance of natural resources and the notion of human use and dispersion of the territory, as well as the indication of some customs in distant times. Analyzed in the light of a survey of primary historical documents, secondary archaeological data and oral narratives about the presence of indigenous peoples and their ancestral remains in Maciço do Baturité in the State of Ceará, it takes us on board from another angle little understood by authors about the region: the strong indigenous presence in the studied territory. Thus, the research established a direct dialogue with the Karão Jaguaribaras people, considering diacritical aspects in the territory, such as archaeological sites and other data collected. Migratory routes, indigenous peoples and settlements are presented in a dynamic way, transiting in the history of this place. In view of this context, and the indigenous mobilization in the Massif, there is still a lot of work to be done within this rich field of learning, so that we can get closer and closer to reality and understand the history, culture and heritage.

Keywords: Indigenous; Memory; Migration; Karão jaguaribaras; Archaeology

¹ Discente do curso de graduação em Antropologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

² Orientador, Professor Adjunto do Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), doutor e mestre em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce a partir da demanda dos Karão Jaguaribaras veiculada ao ingresso às universidades pelo seus, graças às lutas dos povos indígenas e a conquista de políticas públicas afins. Com a finalidade de potencializar nossa autonomia no cenário contra hegemônico, permitindo que nossos povos indígenas assumam o protagonismo de falarem sobre e para si, e transformar a epistemologia acadêmica a partir das cores do jenipapo e do urucum em forma de *taowás*.

Trata-se de um aglomerado de material que gira na órbita das narrativas dos Karão Jaguaribaras no maciço de Baturité contrastada com escritos que abordam o tema, remontando a historiografia local em diversos períodos, apontando espaços (sítios arqueológicos) e a forma de tratamento na atualidade pelos povos na região, bem como o significado e a forma de tratamento desses espaços pelos próprios Karão Jaguaribaras

Durante minha trajetória acadêmica participei de alguns projetos de iniciação científica, o que fortaleceu bastante meu conhecimento técnico e me proporcionou um direcionamento mais frontal e focal ao tema que, através dos financiamentos, me permitiu uma maior dedicação. Trago neste trabalho esses resultados.

O último que participei intitulado: Etnohistória, Arqueologia e povos indígenas no Maciço de Baturité, Ceará, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Ceará (FUNCAP) e desenvolvido através do Grupo de Estudos com Povos Indígenas (GEPI) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), me proporcionou mas arcabouço para este trabalho. Durante a execução do projeto foram feitos diversos levantamentos de dados em destaque as entrevistas, essas somado com as oralidades que já carrego por pertencer a esse grupo étnico, pude sistematizar e trazer neste artigo.

Este trabalho hoje aqui apresentado utilizou-se de dados primário e secundários, teve por finalidade realizar levantamento desses e contrastá-las. Os dados secundários documentos históricos, dados arqueológicos e os primários narrativas orais com o povo Karão Jaguaribaras acerca da presença dos povos indígenas no Maciço de Baturité, me impulsionou para o amadurecimento científico sobre a historiografia de minha Nação, seu etos e espaço geográficos-cosmológicos.

Esta pesquisa se baseia no método etnográfico e etnohistórico, com interlocução com a etnia Karão Jaguaribaras do Maciço de Baturité durante todo o processo, da coleta de

dados à apresentação deste trabalho. A condição de pertença a esse Povo serviu de facilitação em obter o máximo de diversidade de expressões e visão de mundo, enriquecendo os resultados e permitindo um aprofundamento nas dinâmicas de luta em diversos períodos, bem como entender os processos de ocupação com base nessas memórias e a dimensão patrimonial do maciço de Baturité.

Para obter meu corpus de pesquisa, além das narrativas do Povo Karão Jaguaribaras trouxe vários autores que referenciam a presença dos Karão Jaguaribaras no maciço. Busquei dialogar principalmente com arquivos os quais constam nos acervos digitais do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGB), da Biblioteca Digital Curt Nimuendaju e do Museu do Índio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que abordam a história, luta e resistência do Povo Karão Jaguaribaras.

No levantamento primário foi realizada com perguntas semiestruturadas sobre a etnia que remonta trajetórias e memórias, direcionadas a etnia em especial aos que pertencem ao Kalembe Feijão, esse momento foi construído principalmente durante as execuções dos projetos de iniciação científica. Como dados secundários documentos, artigos, dissertações e teses já publicados. As duas ocorrerão em formato de sincronia uma completando a outra, sempre confrontando tais informações é sempre destacado as informações com base na memória.

2 A PRESENÇA INDÍGENA NO MACIÇO

O maciço de Baturité, no estado do Ceará, se expressa na sua exuberância natural, tem em seu centro uma expressiva serra, recebe esse nome de um indígena (ALMEIDA, 1988). A serra é uma ilha verde no meio do sertão cearense, com características amazônicas, mata atlântica e elementos únicos, com abundância de recursos naturais, hídricos e solos férteis. Essas características propicia a permanência de civilizações, também é área de grande interesse dos projetos coloniais, o embate com as populações nativas se tornou bem marcantes, a qual dura até os dias atuais em diversos contextos.

Ybutrytê para nós Karão Jaguaribaras é a própria expressão do sagrado, onde habita meus antigos, onde hoje habitamos e onde permanecerá meu futuro, é corpo, espírito, sangue e memória. Ybutritê é a linguagem viva expressa nos dialetos falados entre nós, entre nossos deuses e dessas num suspiro sopro dos instrumentos ancestrais.

As cicatrizes de colonização estão registradas na historiografia em face de seus povos nativos e no próprio território através dos espaços de memórias, inclusive os sítios arqueológicos, que dão informações acerca desse processo. Essas informações são muito invisibilizadas por se tratar de um lugar de muitos interesses da implantação de culturas predatórias.

Para o sucesso hegemônico no modelo colonial o Maciço registra massacres que se apresentam tanto em documentos analisados como na memória dos nativos do lugar, todavia, na historiografia oficial e em análise aos autores que escreveram sobre a região fica muito a desejar. Vale ressaltar que em base nas referências estudadas percebe-se algumas confusões e indagações, principalmente ao se falar dos indígenas aqui presente em seus mais diversos sentidos. Acabam por tanto trazendo a ideia de generalização de suas pluralidades étnicas e muitas vezes condicionando a história do maciço de Baturité ao município de Baturité, antiga vila de Montemor o Novo. Em muitos casos não coloca sequer Montemor o Velho onde hoje é o município de Pacajus.

Essa análise é importante principalmente para as populações indígenas locais, contrapondo da propagação da ideia de chegada dessas populações no mesmo período dos colonizadores e invisibilizando (etnocídio) os nativos que estão presentes bem antes deste processo. Provavelmente essa movimentação se dá na intenção da ideologia de ausência de territórios indígenas, livre para ser explorada sem populações nativas.

Para uma melhor compreensão da historiografia, primeiramente trago em forma de linha do tempo alguns fatos marcantes sobre o Maciço de Baturité citados em documentos e, depois, os debulhos com mais detalhes nos próximos capítulos. Assim acredito ser mais palpável as informações e tornar mais fácil acompanhar esse processo de colonização frente aos Indígenas na região.

Almeida (1988, p. 63) na obra “Heróis Indígenas Do Brasil; memórias sinceras de uma Raça” traz a fala da morte de Baturité (pessoa) no Século XV e que por causa dele a montanha (serra) recebe esse nome. Ele também é citado na obra Cordeiro (1989, p. 204). Assim como de praxe nas classificações iniciais e o mesmo quando esses aparecem como Jaguaribaras são como de troncos Tupy, que na atualidade sabemos que foi uma classificação equivocada ou de significados adverso, evidente nas memórias e culturas bem como nas culturas arqueológica do maciço que apontam outras culturas.

Em 1671 os Jaguaribaras e Payacú entraram em conflito, e isso foi usado como pretexto pelos colonizadores para chamada guerra justa e, que desse conflito surgiu o

Aldeamento próximo ao maciço denominado Aldeamento de Monte Mor o velho 1741 a 1762 (NIMUENDAJU, 1981), como aborda o autor Stuart Filho (1962).

Em 1717 consta na Carta de sesmaria de Nº 369 com data de 28 de novembro de 1717, a concessão de terra em nome do Tapuya Jaguaribaras no local denominado apenas como Aldeia do tapuio Jaguaribara (ROCHA, 1920). Stuart Filho (1963, p.160) em “Os Aborígenes do Ceará 2ª parte”, traz a discussão de onde seria essa Aldeia, que por sua vez foram procurar em Parnamirim Aldeia que participaram por serem os Jaguaribaras Aldeados nesse local.

Esse lugar se torna evidente quando juntamos alguns importantes pontos: A afirmação dos núcleos Jaguaribara ou Karão Jaguaribaras serem no maciço, o massacre de 1725 que ocorreu na Aldeia do Tapuyo Jaguaribara no maciço (STUART FILHO, 1931, p. 73), a Carta de petição de Sesmaria concedida ao Tenente Coronel Manoel Rodrigues das neves da então sesmaria da Aldeia do Tapuya Jaguaribara na serra do Yboturitê, através da carta de sesmaria de Nº 113 com data em 4 de fevereiro de 1735 (ROCHA, 1920) e a afirmação de Antônio Bezerra (2009) ao narrar a bravura dos Jaguaribaras ao defenderem suas terras no Baturité.

Em 1764 foi erguida a Vila Real de Montemor o Novo da América (LEITE NETO, 2006), essa data se consolida como um dos pontos mais importantes para os colonizadores, com a construção ideológica do desaparecimento da população indígena no Maciço de Baturité, males que vão desde a guerras justas à negação de existir na atualidade.

A partir das políticas pombalinas que também cria as vilas de “índios” abriu margem para o desdobramento dos povos nativos a uma sociedade a partir da hegemonia, ideologias com base na integralização dos nativos ao mundo colonial que influencia o velho código civil brasileiro e o Serviço de proteção aos índios, esse pensamento irá influenciar também a estrutura da sociedade que por muito tempo viu nós indígenas como apenas uma fase da evolução até o homem europeu, com marcas de hierarquização e deslegitimação do indígena a partir da descaracterização cultural sofrida, visão estruturalmente presente até os dias atuais na sociedade brasileira.

2.1 A população indígena no Maciço do Baturité e a ocupação colonial

Cabe antes de tudo levantar mesmo que sucintamente algumas ressalvas nas dinâmicas cosmológicas traduzidas erroneamente em documentos antigo e reproduzidos da mesma forma na atualidade. É de praxe encontrar em documentos antigos vários nomes empregados ao

mesmo Povos indígenas e posterior colocado em trabalhos recentes sem uma reflexão, como é o caso dos Karão Jaguaribaras que culturalmente adotam o nome de um/a líder³.

“Muitas tribos tinham, como é sabido, dois e mais nomes que por vezes sobreviveram concomitantemente. Uma era alcunha, não raro pejorativa, que lhe impunham vizinhos ou inimigos e a outra o termo de que se serviam os membros dos do grupo para o designarem” (Stuart FILHO, 1931, p. 53)

A presença que aparece descrita sobre indígenas no Maciço de Baturité durante o processo de colonização, há uma tendência colonial muito forte no tocante pejorativo onde apresentamos algumas ressalvas. Das mais antigas referências que vimos foi trazida por Almeida (1988, p. 63) na obra “Heróis Indígenas Do Brasil; memórias sinceras de uma Raça” traz a fala da morte de Baturité (pessoa) no Século XV e que por causa dele a montanha (serra) recebe esse nome e aparece na obra Cordeiro (1989, p. 204).

Nessa referência traz Baturité como sendo potiguara (tupy)⁴ Cabe a ressalva da informação trazida que, com base no período e nos estudos arqueológicos no maciço, não bate essas informações, uma vez que a cultura localizada no maciço é Aratu e não tradição Tupy.

Nimuendaju (1981) traz também a menção em seu mapa etnohistórico desse grupo Baturité no século XVII. Quando nos aprofundamos percebe-se que a ocupação do território é a mesma dos Jaguaribaras na dita serra, e que supostamente depois da “Aldeia” que consta na primeira metade do século XVIII, pode ter sido o motivo de terem sido chamado de Baturité, achamos como referência dessa afirmação os escritos de Théberge (1869) no “Esboço Histórico sobre a Província do Ceará”. É de praxe pelo autor a classificação dos grupos/Povos/Clãs pelo território e por ser uma referência antiga, muitos autores reproduziram, como é o caso do Nimuendaju (1981) que utilizou essa referência para apontar os Baturité. Também ressaltamos que consta entre os dois uma confusão de datas quanto a essa referência.

A carta provincial do padre João Leite Aguiar, de 15 de maio de 1696, cita a presença dos Tapuyas Jaguaribaras como habitantes das serras nos limites da capitania (PINHEIRO, 2002, p.62). Uma dessas serras é a do Baturité (LIMA NETO, 2023), uma vez que os limites cearenses foram modificados ao longo da história do estado, provocando a perda de parte de seu território para o Piauí.

³ Ressaltamos que para no início, os colonizadores falam de um indivíduo para designar um grupo inteiro. Isso é bem evidente nas sesmarias doada para os indígenas, a qual doava em nome de apenas um indígena.

⁴ Cordeiro (1989, p. 207) na obra Os Índios no Siará fala sobre Saí, uma indígena potiguara, Mulher de Jatobá (filho de “Baturité”) e mãe de Jacauna e Potiguaçu. Pode ter vindo daí a confusão da classificação dos Nativos de Baturité como Tupy. Ou até mesmo Saí não era Tupy.

Na carta de Pedro Lelou que escreve a sua majestade em 20 de agosto de 1696 fala dos aldeamentos de uma nação Jaguaribaras a 8 léguas da capitania que já estavam aldeados e alguns batizados (PINHEIRO, 2002, p. 68) e já aponta a vasta extensão de terra ocupado por essa Nação.

Stuart Filho (1965) faz uma abordagem sobre o local de habitação onde consta essa sesmária na Aldeia do Tapuya Jaguaribara. Apesar de não trazer um estudo mais aprofundado sobre o local, traz relatos que contextualiza algumas movimentações o que é o massacre de 1725 que aconteceu no maciço de Baturité

“Em 28 de novembro de 1717, José Soares de Sousa solicitava, por data de sesmária, a légua de terras concedida por El-Rei aos índios Jaguaribaras e demarcada pelo Dez. Soares Reimão.” O que parece indicar não terem êsses gentios ainda reentrado nas boas graças das autoridades locais. Alguns anos mais tarde, já no Govêrno de Manuel Francês, índios Jaguaribaras vendo-se, ao que parece:, privados dos indispensá. veis meios de subsistência pela perda de suas terras, deram, de parceria com os Wanacés, em invadir as fazendas do Piancó para roubar gado e animais. O Capitão-Mor do Ceará, querendo pôr fim ' a tais atos de rapinagem, expediu, com data de 22 de janeiro de 1725, uma portaria mandando que o Cel. Jorge da Costa Correia reunisse uma tropa de 30 até 40 homens brancos, e tupis e alguns Baiacus e fôsse batê-los. Caso a tropa fizesse prisioneiros, o Coronel devia trazê-los para a fortaleza a fim de se quintar. "A. Notizie" não menciona especialmente nenhuma aldeia de índios Jaguaribaras no Paxima a Parnamirim nem em qualquer outro lugar” (STUDART FILHO, 196,5 p. 63-64).

Antônio Bezerra aborda com mais precisão essa presença dos Jaguaribaras e a aliança com os Anassés a fim de defender suas terras. Apesar da citação acima dispersar o local de habitação, o fato ocorrido em 1725 aconteceu na serra de Baturité, como mostramos documentos

“[...] a serra de Baturité mais próxima das povoações da beiramar e da força estacionada no presídio do Ceará, só pôde ser povoada em 1737, quando a largáram os Jaguaribaras e Anassés, tirando dela a primeira data em 28 de novembro de 1727, o capitão Tomé Calado Galvão e seus parentes que, por se não terem situado no tempo da lei, foi de novo dada ao capitão-mór Lopo Barbosa Maciel, capitão Pedro da Rocha Maciel, e tenente coronel Manuel Duarte da Cruz, em 22 de julho de 1735, aos quais moveu demanda o primeiro doado capitão Tomé Galvão e seus companheiros, alegando não ter tomado pösse nem metido na dita terra suas pessoas e bens pelo impedimento que sempre acháram do Gentio bárbaro, em vista do que o Ouvidor Vitorino Pinto da Costa Mendonça, por sentença de 20 de novembro do mencionado ano de 1737, condenou os réus e mandou

restituir a terra aos autores. Até 1737 não era conhecida senão de nome a serra de Baturité, tão vizinha da Fortaleza, em consequência da oposição tenaz dos Tapuias, que se batiam desesperadamente com as forças do governo e homens das bandeiras desde o ano de 1654, data da retirada dos Holandeses desta capitania, sendo certo que se não renderam, senão quando extintos pelas armas e pela superioridade de número dos combatentes” (BEZERRA 2009 p 92, 93)

Baturité também é colocada como habitação dos Jaguaribaras em mapas etnográficos como: “Os Índios no Siará: massacre e resistência” (LEITE, 2006 *apud* CORDEIRO, 1989, p.53). Em “Os Aborígenes do Ceará I” (1965, p. 26) cita Serra de Baturité como território do povo Jaguaribaras “Da margem esquerda do Jaguaribe ao rio Mundahú e Serra do Baturité viviam os índios Jaguaribaras, que foram localizados por Fernão Carrilho a sete léguas ao sul do fortim de N. S. d’Assumpção”, (STUDART FILHO, 1931, p.71).

No final do século XVIII se intensifica o projeto colonial do maciço, e além dos nativos houve uma movimentação de povos Indígenas em formato de diásporas, muitas vezes juntando grupos que estavam em conflitos como é o caso de 1741 a 1762 que teve o Aldeamento de Monte Mor o velho ou Aldeia de Payacú (NIMUENDAJU, 1981), A partir de conflitos dos Payacú com os Jaguaribaras como aborda o autor Stuart Filho (1962).

Também há presença de uma aldeia dos Itáns (STUDART FILHO, 1931). Afirma Loukota (1968, p. 91) serem os mesmo Baturité. Vale ressaltar a referência oral de como os Karão Jaguaribaras chamam sua língua originária: *Ybutrytê* ou *Itañá* e que existem referências nas nomenclaturas e vocabulário coletado.

Há menção aos Chorós em Montemor o Novo (STUDART, 1931, p. 100 *apud* SENNA, p.107). Há presença do grupo dos Apunjaré (LEITE NETO, 2006), que é colocado como um grupo com muita aproximação e é provável pertencer ao mesmo núcleo étnico dos Jaguaribaras, é o que também aponta o Povo Karão Jaguaribaras em suas narrativas.

Em 1764 com é erguida a Vila Real de Montemor o Novo da América, trazendo os Indígenas da missão de Telhas (atual Iguatu), que afirma Stuart Filho (1931) ser composto por Quixelô, Jucás e Candandú e os indígenas da missão de Palma dos Jenipapo e Canindé que juntou aos nativos da Serra e aos Payacú da antiga Montemor o velho que já vinha de uma longa trajetória de deslocamento.

O povo Karão Jaguaribaras em entrevistas, apontaram também outros grupos étnicos no maciço de Baturité, como um grupo Kariri na parte sul da serra e um outro Povo chamado Ticuna, talvez seja o mesmo que menciona Stuart Filho (1962, p. 85-86). Cabe sempre um aprofundamento nessa temática.

Trabalhamos também como a perspectiva de encontrarmos mais povos com o aprofundamento da etnologia história local, bem como grupos de emergências étnicas que possam surgir, por entendermos que se trata de uma serra com grande potencial de sobrevivência e, por ter uma ocupação por colonizadores mais recente quase no século XIX, sendo um pólo de resistência e abrigos para povos em conflitos com as forças coloniais.

2.2 A ocupação colonial no Maciço de Baturité frente aos indígenas

Com o avanço colonial os Payacú chegam no médio Jaguaribe e em 1671 com os Jaguaribaras entraram em guerra (NOGUEIRA, 1877, p. 62). Esse conflito, findou no aldeamento dos Pacajus (Montemor o velho), prevalecendo até 1759, onde também foram aldeado parte dos Jaguaribaras (LEITE NETO, 2006), essa ação fez parte da estratégia dos Europeus invasores de provocar, manter e se aproveitar dos conflitos, para o processo de saque do território, da exploração das forças de trabalho e dos recursos naturais.

Nesse período e na continuidade das muitas formas violentas de saquear, a vila dos Payacú e as terras que lhes foi “doada” pela Coroa, pertencentes à extinta Vila de Montemor-o-Velho da América (Pacajus) que estavam sob o domínio dos Payacú desde o início do século XVIII. Com efeito, o Alvará de 23 de novembro de 1700, havia mandado demarcar uma légua em quadra para cada aldeia Payacú. Senhores absolutos das terras localizadas na Vila de Montemor-o-Velho, às margens do rio Choró, esses indígenas foram forçados a se transferir para a Vila de Montemor-o-Novo da América (Baturité) no final do século XVIII, em represália à sua resistência aos colonizadores, (LEITE NETO, 2006)

Com intuito de limpar o território da população Originária e em meio a uma guerra a qual os Jaguaribaras fazem frente atacando as vilas coloniais no Ceará, o que ficou conhecido como a rebelião de 1713, também chamada por alguns autores como confederação de "Tribos" Kariri, “O capitão-mor do Ceará querendo pôr fim a tais atos de rapinagem expediu com data de 22 de janeiro de 1725 uma portaria mandando que o coronel Jorge Correia da Costa reunisse uma tropa de 30 até 40 homens brancos, Tupis e alguns Payacú e fosse bater-los. Caso a tropa fizesse prisioneiros, o coronel deveria trazê-los para Fortaleza a fim de se quinta”. (STUDART. 1931, p. 73).

“Na paz e redução destes Jaguaribaras consiste o sossego, e utilidade dos povoadores daquela Capitania do Ceará e a defesa de sua fortaleza, e de toda a costa porque são mui valorosas, e por tais motivos de todas as outras nações, e já por isso constando que os ditos Jaguaribaras estavam aldeados com missionários logo nos pediram pazes todos os tapuias circunvizinhos,

até então levantados, com temor dos Jaguaribaras [...]; em cuja redução e assistência da missão gastei mais de dois anos” (PINHEIRO, 2002, p.45).

Ao se falar em “Paz e redução” dos Jaguaribaras percebe-se com clareza que os colonos não se agradavam com a presença destes povos e tampouco com as formas de defenderem seus territórios, a ponto de buscarem estratégias de extermínio desses povos. Percebe-se que a serra de Baturité era de muita importância para os colonos, tanto é que sua primeira capital foi Aquiraz, foz do rio Pacoti, que tem suas nascentes na Serra, desde os primeiros contatos, batalhas foram travadas, repletas de resistência.

Também se percebe nesses primeiros momentos da história colonial Portuguesa, uma certa invisibilidade onde em muitos escritos a Serra de Baturité sequer é citada como Serra, isso se dá pelo domínio tardio colonial, que só conseguem se alocar quase no século XIX, com o quase extermínio da Nação Jaguaribaras (BEZERRA, 2009) que teve como marco 1725 e se intensificou por décadas, e dada como extinta diversas vezes.

Em carta de sesmaria (ROCHA, 1920) de Nº 369 com data de 28 de novembro de 1717, a concessão de terra em nome do Tapuya Jaguaribara na serra do Ybuturytê, que em ataque 1725 essa terra foi concedida para o Tenente Coronel Manoel Rodrigues das Neves através da carta de sesmaria de Nº113 com data em 4 de fevereiro de 1735.

A fim de executar a petição, diminuir as forças dos nativos da Serra e permitir a instalação dos colonos, as forças coloniais se concentram no Maciço como forma de represália à resistência indígena. Pegando como justificativa a rebelião de 1713, ato que os Jaguaribaras ficam na linha de frente no ataque as vilas coloniais no Ceará, em destaque a vila de Aquiraz, os Jaguaribaras e Anasses foram covardemente atacados, como como narra abaixo:

“Em dias de agosto de 1713, epocha em que teve lugar este grande desastre, fez o capitão-mor Francisco Duarte de Vasconellos um grande conselho de guerra na fortaleza com os oficiais da câmara da villa e os cabos de guerra da capitania, para consertar os melhores meios de destruir o dito inimigo, e recuperar a capitania tomada pelos bárbaros levantados. (...) O capitão-mor do Ceará querendo pôr fim a tais atos de rapinagem expediu, com data de 22 de janeiro de 1725, uma portaria mandando que o coronel Jorge correia da costa reunisse uma tropa de 30 até 40 homens brancos, e tupis e alguns Paiaçús Fosse Bate-los. Caso tropa fizesse prisioneiros o coronel devia traze-los para fortaleza a fim de quinta. (...). Nesta mesma ocasião foi nomeada o cabo-geral e comandante de toda expedição o coronel João de Barros Braga, por ter ele vindo a testa do seu regimento de cavalaria das várzeas do Jaguaribe Socorrer Fortaleza Logo que soubera do Aperto em que se achava pela rebelião dos tapuias. Reuniu moradores

e índios mansos e fieis, á testa dos quase fez aos rebeldes uma guerra cruenta na qual matou grande números deles, e aprisionou mais de quatrocentos, dos quais mataram-se logo noventa e cinco à ferro frio, e depois de amarrados, por desconfiança que houve deste gentil, pelo motivo de serem homens de armas, conhecidamente guerreiros e muito destemidos, e justamente incapazes de se sujeitar às leis divinas e humanas, como a experiência bastante tem mostrado a sua infidelidade e Constança” (STUDART FILHO, 1931, p. 72-73)

Após o episódio de massacre dos Jaguaribaras e Anassés para reduzirem nossas forças que “até 1737 não era conhecida senão de nome a serra de Baturité, tão vizinha da Fortaleza, em consequência da oposição tenaz dos Tapuias, que se batiam desesperadamente com as forças do governo e homens das bandeiras desde o ano de 1654” (BEZERRA, 2009, p. 93).

As primeiras sesmarias começaram às suas solicitações e a serem concedidas já 1735, quando se consolidou a ideia de “pacificação” colonial na Serra, o que facilitou o crescimento da invasão colonial. Nesse momento se intensificava a caça aos Tapuias da serra (Jaguaribaras e Anassés).

“Por essa época, devia ser ainda de alguma consideração a população indígena, por quanto, há uma referência à existência de uma “aldeota a onde Felipe coelho de Moraes deu guerra aos tapuias Jaguaribaras e Anassés no ano de 1725”, como diz o Tenente Cel. Manoel Rodrigues das Neves em sua petição. Recebeu uma doação de terras no riacho Aracoiaba acima, compreendendo quase toda sua extensão [...]. O riacho Putiú foi requerido e concedido em 1735, a outro elemento da família Maciel. Pedro da Rocha Maciel. Vem em seguida o Candeia, que foi dado primeiramente “de sua barra com o Aracoiaba para cima, 3 léguas sempre com sua meia légua para cada lado, ao Sarg-mor Lopo Barbosa Maciel, Maro Rodrigues Moreira, aquele aquele parceiro do Tte. Cel. Cruz, aí no Candéias também obteve terras, na parte imediata a de Lopo. Aliás como veremos em outro trabalho, esta parte foi a que mais se desenvolveu e foi mais densamente povoada. Amaro e Duarte da Cruz faleceram, respectivamente, em 1742 e 45, deixando aos descendentes suas fecundarias terras” (LEAL, 1972, p. 195-196)

Como estratégia para a instalação colonial e sufocar nossa Nação Jaguaribaras e nos substituir por indígenas já em contexto de aldeamentos, foi pensado a distribuição territorial erguendo a vila de “índios” de Montemor o novo da América, que só foi possível depois do massacre ao povo Jaguaribaras em 1725. Isso acontece devido à resistência de nós nativos da serra do Baturité em oposição de não concordar com as políticas coloniais frente aos grandes

interesses da coroa em explorar nossas terras e as abundâncias de recursos naturais contidas nas mesmas. (Narrativas do Povo Karão Jaguaribaras, 2020)

Nós, Nativos da Serra de Baturité, como vários outros, usavam os cursos dos rios como seu deslocamento, como é o caso dos rios Pacoty e Aracoiaba. Ressaltamos que o rio Aracoiaba é formado pelos rios Putiú e Candeia e deságua no Rio Choró. A vila de Montemor foi instalada entre os rios Candeia e Putihú (Putiú), como estratégia de interferir na passagem dos tapuios de cima da serra.

Pelo Alvará de 8 de março 1758 veio a ordem régia para a criação de vilas no Ceará, entre elas a de Baturité, erguida em 1764, a través da missão da Palma e da missão de Telha que para completar o número de famílias exigida que era 150, foi trazido indígenas habitantes de Montemor o velho. (MACÊDO, 1991, p. 74).

“A elevação da vila de índios de Monte Mor fortaleceu o processo colonial e assim a exploração e ocupação [...]. Todo solo ocupado pela cidade de Baturité e suas cercanias já estava distribuída, inclusive a serra, pelo lado oriental. A parte do pente demorou um pouco a ser requisitada, nesse lado, o primeiro suplicante foi Teodósio de Pina, antigo morador de Aquiraz, conseguiu 3 léguas na parte da serra “que os gentios chamam de Cohité”, por haver nela um grande pé dessa árvore. Compensou-se das dificuldades de explorar essas terras, com uma outra sesmaria na parte de baixo da serra, no poço das capivaras que tem um riacho que faz barra com o choro. Aí, teve um vizinho, Inácio Loyola Leitão, em 1738 conseguirá 3 leguas de terras no riacho macacos” (LEAL 1972, P. 197).

Durante o processo colonial, os povos indígenas que permaneceram no território ficaram em caráter de tutela, o que, na região, significa uma relação em que o “patrão” – dono de fazenda – submete os “moradores” – camponês – a um regime de exploração da mão de obra. Assim, os povos originários foram feitos de escravos em seu próprio território. Como por exemplo, nosso caso dos Karão Jaguaribaras que passaram por esse processo dentro do mesmo território citado acima.

Por longos períodos e ainda se estende até os dias atuais, territórios de parte do povo Jaguaribaras ainda há indivíduos em caráter de moradores de fazenda, sítio, etc. Dentro destes territórios encontram-se artefatos arqueológicos que provam a existência e ocupação desses nativos dentro da Terra invadida. Estes artefatos comprovam a ocupação do território como vivências dos nativos antes mesmo da chegada dos que se autointitulam donos dos territórios.

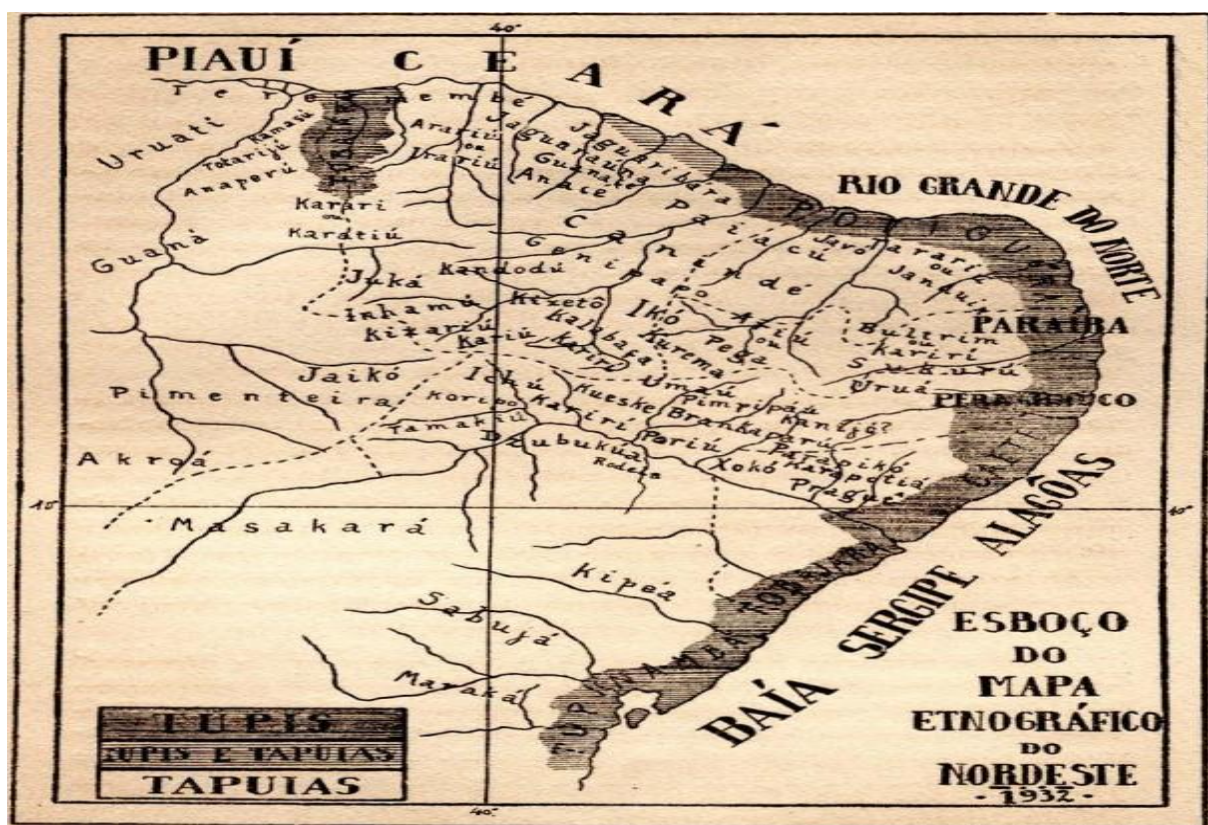
3 POSSÍVEL ROTA POPULACIONAL DO MACIÇO DO BATURITÉ ANCESTRAL

É preciso um pouco mais de aprofundamento para de fato entender a dimensão e o contexto de ocupação local. O que temos de mais concreto são as memórias coletivas, e em complementar raros documentos as quais não tinha a intenção de destacar os grupos afins, já que se trata de um projeto de posse do território e a posições dos Povos Originários de modo geral estão sempre no campo oposto do colonizador, defendendo a Terra Mãe a qual pertence.

Quando buscamos na língua do Povo Karão Jaguaribaras (ainda em processo de registro) um caminho de investigação, que em contraste do léxico com outros troncos linguísticos presentes no entorno das expansões geográficas colocada pela memória oral, encontramos alguns pontos pertinentes ao tronco étnico a qual pertence esses habitantes do maciço

Lima Neto (2023) aponta uma possível rota de populações de origem Aruak ou Arawak/Arawá e Caribe (SOBRINHO, 1934) rumo a região aqui pesquisada (mapa 1). Contudo, há ausência de fontes e de pesquisa teórica mais aprofundada sobre o assunto, fato este que colabora para um processo de apagamento linguístico histórico.

Mapa 1: Mapa Etnográfico do Nordeste



Fonte: Sobrinho 1934, p 303.

Porém em observações linguísticas e culturais com base na oralidade do povo Karão Jaguaribaras observa-se uma ligação com bastante semelhança a estes troncos, observado é mencionado pelo autor, fato bem expressado na tecnologia utilizada para seus espaços, como por exemplo *Kawúba* (moradias), *Tejuparés* (espaço de reuniões), bem semelhantes a cultura caribe e Arawak.

Stuart Filho (1963, p. 156) diz em nota de rodapé:

“O Pe. Luís Figueira, na Relação do Maranhãos, dá a entender serem as Jaguariguaras índios da raça tupi. Potiguaras que habitavam a embocadura do Jaguaribe. Vindo pois continuando nosso caminho mandava-mos, regista o Pe. índios naturais d'aquelas parte dlante para q'se encontrassem alguns de seus parentes Jagoarigoaras que andavam espalhados c'o medo os trouxessem e ajuntassem assi p'a nos ajudarem com p'a lhe darmos as alegres novas da Provisão de sua Magde, em q'os avia a todos por livres e forros. O fato de a palavra Jaguariguara pertencer à lingua tupi, parece também confirmar tal fillação. Observe-se, todavia, que, intimados pelo Capitão-Mor Jorge Correia da Silva, a apresentar os cativos que havlam colhido na guerra contra os Baiacus, para dèles se tirem os quintos, recusaram alegando que eram tapuias e não tinham assistência certa. Demais. quando, em documentos antigos, há referências às aldeias, existentes nas cercanias do fortim de N. S. d'Assunção distingue-se sempre a dos caboclos (tupi) daquelas habitadas pelos Jaguaribaras (Ver o Bando mandado afixar pelo Cap.-Mor Jorge Correia da Silva em 1672)”.

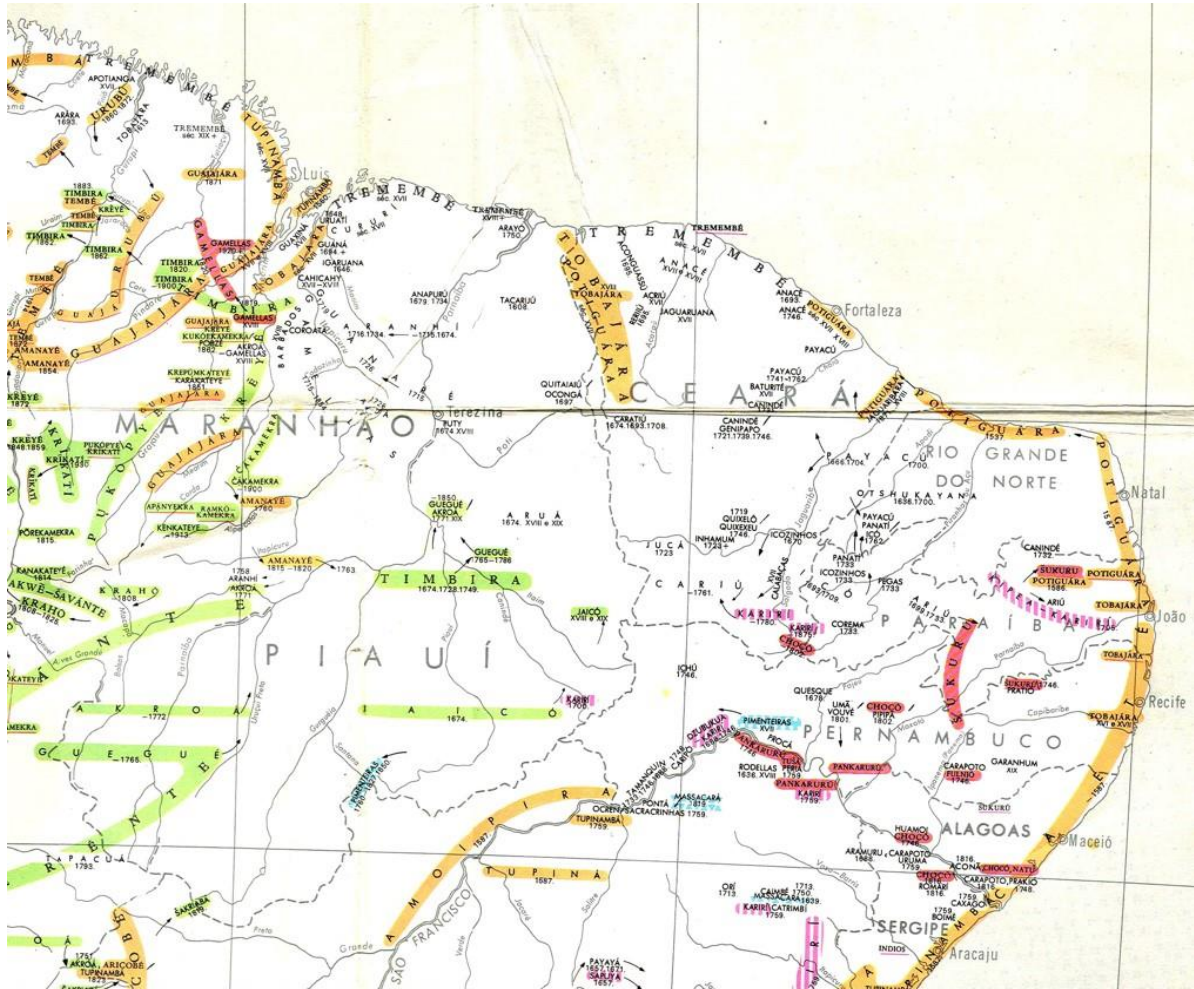
Ainda com base na oralidade do meu povo Karão Jaguaribaras é mencionada sempre que falado do tronco linguístico um pedido de segredo sobre a originalidade linguística, fato este que nos remete a entender as violências sofridas durante a colonização, a língua mantida em segredo era sinônimo de proteção para seus clãs.

Os Karão Jaguaribaras na maior parte dos documentos são menciona com varia incertezas de troco etnolinguística e colocado apenas como Tapuya ou de língua indeterminada. Ainda em investigação, a língua falada principalmente pelos troncos velhos desta Nação é chamada de Ybutrytê/Itañá/Itanhá, é um idioma em situação de risco, a conclusão preliminar que podemos estar diante de uma língua isolada ou de uma família etnolinguística ainda não estudada.

A rota apontada por Lima Neto (2023), em comparação com o mapa de Pompeu Sobrinho (1934) e colocada sobre o mapa etnohistórico de Nimuendaju (1981), mostra esses grupos transitando das regiões Amazônicas rumo ao Ceará, vido pelos estados do Maranhão e Piauí. E leva a ligação dos Guaná/Guanaré com os Wanacé/Anacé/Guanacé e Igaruana com

Jaguaruana/Jaguaribaras/Baturité. Esses dois grupos usavam como rotas principais o litoral e o Rio Poty e a ponta norte da serra a Ibiapaba rumo às demais serras nos entornos da capitania cearenses com base nos mapas da antiga província.

Mapa 2: Recorte do Mapa Etnohistorico



Fonte: Nimuendaju 1981.

Aponta ainda em entrevista com o Povo Karão Jaguaribaras (2021), que essas rotas duraram com intensidade até a primeira metade do século XX e aponta a serra de Baturité como núcleo do território da Nação Jaguaribaras, mas que se estende ao norte do estado até o Rio Jâybaras e ao sul até o Rio Jaguaribe o famoso Rio das Feras (Jaguaribaras são descendentes do Bicho Onça) pelo Hyriapebús/Riacho das pedras/Banabuiú e voltando no contorno litorâneo, como também rumo a viçosa do Ceará, antiga província do Jaguaribe.

Alguns autores contemporâneos quando mencionam os sítios arqueológicos no maciço fazem a ligação erroneamente aos Jenipapos e Canindé. Todavia Jenipapos, Canindé e Payacú

pertencem a grande nação Tarairiú e nela está presente a cultura do endocanibalismo (Stuart Filho 1962, pg .60).

“Cada grupo étnico apresenta “uma relação fixa entre dois estilos particulares de cultura material”¹⁴ (JONES, 2005 :29), aquilo que o autor chama de “marcadores étnicos”, ou seja, uma identidade particular de cada grupo, portanto, o seu perfil ou horizonte cultural. Um grupo étnico apresenta identidade homogênea, que serve de linha ou marco divisor dos outros grupos. Um marcador étnico pode ser um objeto que configure um grupo étnico, indo desde uma dança até um outro costume, como no caso dos Tarairiús, a prática do endocanibalismo” (SANTOS, 2009, p. 84-85)

Outro ponto a ser considerado é o período gritante entre as datas de chegada desses grupos (Tarariú) no maciço com a datação dos sítios arqueológicos já estudados cerca “da Serra do Evaristo, aumentam a possibilidade de que o povoamento inicial se deu por povos pré-colombianos, pois a datação realizada pelos cientistas é superior aos 600 anos” (SOUZA, 2019, p. 17).

Apesar das classificações arqueológicas sobre culturas não precisamente apontem um grupo em específicos como por exemplo a cultura ceramista Tupy com o troco linguístico Tupy, esses exercícios Antropológicos de comparar pontos diacríticos muito tem dado resultado, uma vez que cada grupo existente pertence a algum grupo e, dessa forma muito tem nos dados pista a encontrá-la. Cabe também observar que a cultura classificada pela arqueologia sobre os povos presente no maciço de Baturité neste período longínquo de produção do material estudado se classifica:

“As pesquisas arqueológicas sobre os grupos pré-históricos ceramistas no litoral levaram à conclusão de que a cerâmica tinha características uniformes e foi relacionada a grupos da filiação linguística Tupi-Guarani. No interior do Nordeste encontramos as tradições ceramistas Aratu, Una, além de um conjunto de outros tipos de cerâmica ainda não relacionada a grupos pré-históricos, demonstrando haver uma variedade maior na tecnologia cerâmica, com datações mais antigas do que no litoral” (Relatório de escavação arqueológica do sítio funerário serra do Evaristo I).

Isso coloca em xeque a equivocada classificação inicial dos grupos conhecidos como Jaguaribara/Baturité, grupo mais antigo por referências e cronologia da memória que encontramos. Apesar de alguns autores classificarem linguisticamente essa região como Tarariú como no mapa (1) linguístico de Loukota (1968), estudos mais recentes com a língua Karão

(Castro, Oliveira, Silva & Pedroza, 2015; Freitas et al., 2015; Oliveira et al., 2016; Pompilio, 2019).

Pesquisas sistemáticas, mesmo que ainda tímidas realizadas, restringem-se ao sítio da Serra do Evaristo. Segundo dados disponíveis no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNSA/IPHAN), a região possui poucos sítios arqueológicos registrados, no total de sete, localizados nos municípios de Baturité, Capistrano e Itapiúna.

4 SÍTIOS E POPULAÇÕES

A dimensão de patrimônio dentro de uma ocupação que acontece desde tempos imemoráveis, como é o caso do maciço de Baturité toma uma proporção complexa, a qual temos que qualificar a significância com os valores empregados pela sociedade indígena e não indígena, sendo que os primeiros seguem cosmologias próprias, totalmente divergente da lógica accidental.

A princípio demos de cara com tipos próprios de tratamento e simbologias no quesito do tratamento empregado pelos povos tradicionais e originário no maciço de Baturité sobre os sítios arqueológicos e patrimônios, nos referimos principalmente aqueles as quais estão dentro de suas poligonais de reivindicação de territórios.

Esses grupo que hoje se manifestam publicamente são eles: Povo Kanindé que se localiza em Sitio Fernandes no município de Aratuba; Nação Karão Jaguaribaras presente nos municípios de Baturité na Aldeia Beira Rio, Capistrano na Aldeia furna da Onça e Aratuba nas Aldeias Cabeça da onça, Boa vista, Jacarandá, Cajazeiras e Feijão, Comunidade Quilombola do Evaristo presente no município de Baturité e mais recente a comunidade Quilombola da Pindoba que fica no município de Aratuba no Sítio pindoba e as informações coletadas ainda são bem tímidas.

De forma bem preliminar ainda não se tem um aprofundamento sobre a forma de cada um desses grupos frente aos patrimônios. Sabe-se, porém, que existe uma materialização do museu pelo Povo Kanindé e uma ressignificação do patrimônio indígena pela comunidade quilombola da serra do Evaristo. As quais têm grandes relevâncias em suas lutas étnicas, quase como um pilar principal de visibilidades de suas reivindicações por aparatos que os asseguram uma vida com dignidade e respeito pelas pluralidades.

Dessa forma nos focamos nas versões dos Karão Jaguaribaras, por trazer em suas narrativas memórias mais antigas da região e por ter nessa cronologia de habitação segundo as referências estudadas os registros mais antigos. Outro ponto que vale ressaltar é o pertencimento do autor deste trabalho a essa população étnica.

Desde tempos passados aos dias atuais, esses lugares foram palcos de protagonismos de relevância para nossa Nação, seja em forma de acampamentos, Kalembre (Aldeia), locais dos mais diversos rituais, espaço de plantar nossos mortos, entre outros. Dessa forma, esses locais fazem parte da Nação, presentes na memória e organização social como por exemplo o local do massacre de 1725 ou mesmo o espaço material do próprio território que vem a séculos se arrastando a disputa fundiária como narrada acima.

Para nós da nação Karão Jaguaribaras esses “sítios Arqueológicos” são tratados como locais sagrados, de memória de seus antigos e passagens do sagrado há depender do tipo do “sítio”. Na prática funciona como um demarcador de espaço que remonta suas interações e intervenções no maciço.

Também fortalece e legitima nossas reivindicações, sendo usado como ferramenta na quebra do silêncio e no empoderamento da condução de nossa própria história, passado, presente e futuro. Que por outro lado a ciência tem o devido conhecimento desse grande manancial de achados arqueológicos tão importante para a sociedade brasileira, principalmente a cearense.

5 POVO KARÃO JAGUARIBARAS, MEMÓRIAS E ESPAÇOS SAGRADOS

O povo que na historiografia vem grafado como diversos etnônimos e o mais comum era Jaguaribara, na fase atual se autodenomina Karão Jaguaribaras. Atualmente, as Organizações Indígenas do Ceará (FEPOINCE) nos integraram como parentes, passando a integrar um dos grupos indígenas do estado do Ceará.

Um dos fatos marcantes mais recentes foi a realização da III Conferência da Juventude Indígena Kanindé e Karão, entre os dias 21 e 24 de março de 2019, na Aldeia Feijão, localizada na divisa dos municípios de Aratuba e Canindé. É através da memória dos Karão Jaguaribaras que se tem narrado a história indígena nesta região e indicado a presença de sítios arqueológicos ainda não registrados no CNSA/IPHAN. Essa mobilização se insere nas articulações nos povos indígenas, dentre as quais está a produção de nossa história como instrumento de luta política (LOPES, 2015a).

As narrativas Karão Jaguaribaras apontam os espaços ocupados historicamente no Maciço do Baturité e têm-se a expectativa de que as pesquisas arqueológicas auxiliem na construção da história da região, dos povos e da proteção de seus patrimônios. Partindo do potencial de ocupação humana da Serra de Baturité se expressa nesses registros arqueológicos (LEITE NETO, 2006) e, para o povo Karão Jaguaribaras, essa série de sítios arqueológicos são espaços sagrados.

Trago com cautela alguns desses sítios pois comumente esses são atacados e depredados a fim de negar a existência nativa por parte de latifundiários, Alguns desse são: Poço da Moça, contendo arte rupestre e localizado no município de Baturité (SOBRINHO, 1956); Morro da Cabeça da Onça, contendo gravuras em baixo relevo descritas como os pés de Ybutrité o município de Aratuba; o registros líticos na localidade do Gonçalves, em Aratuba; acampamentos localizados na Pedra da Isabel, no município de Palmácea; pinturas rupestres identificadas no Kalembre (Aldeia) Feijão, atual local de moradia do povo Karão Jaguaribaras; além de vestígios que indicam ocupações europeias e cemitérios indígenas espalhados na região.

Figura 1: Registros líticos na localidade de Gonçalves, em Aratuba



Fonte: Gleidison Karão, 2017.

Figura 2: Arte em baixo relevo Morro da Cabeça da Onça, em Aratuba.



Fonte: Gleidison Karão, 2018 (Acervo pessoal).

Figura 3: Borda de vasilha cerâmica na localidade Cabeça da Onça, em Aratuba



Fonte: Gleidison Karão, 2017. (Acervo pessoal)

Figura 4: Estruturas em pedra indicadas como suposto forte francês, no sítio Buracão, em Aratuba.



Fonte: Gleidison Karão, 2018. (Acervo pessoal)

Figura 5: Arte rupestre localizada no Kalembre (Aldeia) Feijão, na divisa dos municípios de Aratuba e Canindé.



Fonte: Agnelo Queiróz, 2016.

6 YÊÊ KAFUBA: CASA DA MEMÓRIA DOS KARÃO JAGUARIBARAS

Os espaços para o povo Karão Jaguaribaras são vistos como parte do corpo, os acontecimentos são como cicatrizes ou então adereços corporais, sendo assim cada pedaço do território tradicionalmente ocupado é sagrado. Os espaços materiais e imateriais de memória que narram a história da sua organização social e os modos de ser/estar através de fatos marcantes são raízes profundas de orientações ao povo e, por isso, são utilizados para aprendizagem para as futuras gerações.

Desde tempos transcendentais a prática de preservar essas fontes faz parte integrada de nossa cultura, todavia os desafios de manutenção caminham paralelo com as dos desafios de domínio do território, como algumas ofensivas que afetam na medida dessas expressões como resistências.

Nos anos de 1970 uma ação incendiária realizada de forma criminosa, atingiu um desses espaços, denominado de *Kaw(f)uba* (casa) do *Py* (Tio) Zé Moura. Esse nome é uma figura muito expressiva no meio por ser essa o responsável pelo lugar de memória no qual eram depositados artefatos e contada a história do povo.

Artefatos sagrados como plantas, panelas, machados, sementes, pedras místicas, entre outros materiais de grande importância para determinadas atividades, inclusive a casa das flautas que é o local em que eram guardados os instrumentos ritualísticos a qual carrega a cosmologia de criação da vida, na época estavam todos em um só lugar e foram perdidos no incêndio.

A arquitetura do lugar era feita de estrutura de madeira revestida de palha, os expositores feitos de estaleiros rústicos de varas com algumas mesas chamadas de *girâl* onde se colocava de forma bem ordenada as peças. Atualmente esse espaço de memória dos Karão Jaguaribaras localiza-se em vários cômodos de casas cedidas e tem dois pilares principais e com tratamentos específicos para cada um que é o espaço físico de concentração das peças com proteção de peças delicadas e os espaços abertos que são marcos de nossa trajetória.

Os espaços abertos fazem parte de uma estrutura que salvaguarda todos os espaços importantes para os Karão Jaguaribaras e isso já se contrasta com a luta pelo território que se arrasta desde início da colonização. Também são salvaguardadas matas e plantas medicinais que são usadas para fazer bebidas ritualísticas. O espaço fixo (museu) já se encontra em reforma e brevemente aberto com o espaço adequado para posteriores atividades tais quais, visitas, pesquisas, entre outras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As rotas migratórias, populações indígenas e aldeamentos se apresentam de forma dinâmica transitando na história desse lugar. Tendo em vista esse contexto e a mobilização indígena no Maciço, ainda há muito trabalho a ser realizado dentro desse rico campo de aprendizagem, para que possamos nos aproximar cada vez mais da realidade e entender a dimensão histórica, cultural e patrimonial num espaço em que se ergue um progresso em cima de ossos, sangue e lágrimas.

Na prática existe um grande desafio de se trabalhar com patrimônios indígenas e sítios arqueológicos no Maciço, por se tratar de um território cobiçado pela ganância colonial/imperialista e de projetos gananciosos de uso e exploração dos recursos naturais, território e mão de obra.

É comum de relatos e, até mesmo de presenciar violações, em propriedades que se encontram esses artefatos que na maioria das vezes destroem por receios de reivindicações e de barrarem seus projetos faraônicos. Em nossa pesquisa tivemos até impedimento de visitar sítios arqueológicos por proibição do latifundiário local. O maciço grita por socorro, lembro de quando criança pescar camarão no rio Putihú e hoje até água está imprópria por força da industrialização que gera mais lucro com água de esgoto vendendo peixes, medicamentos, água, vasilhames a base de petróleo etc.

Os devidos reconhecimentos dos patrimônios e dos povos étnicos que estão presentes na região são muito mais atacados do que aplaudidos. A serra de Baturité recebe esse nome por causa de um guerreiro, mas esse nem lembrado é dentro das historiografias municipais propagadas nas unidades de ensino, em troca inventam um significado em línguas que nem constam em tal vocabulários o nome *Ybutryté* e matam o povo, pois é mais fácil dizer que o patrimônio é de um povo extinto para não ser reivindicado.

Habitamos *Ybutryté* /Baturité desde tempos imemoráveis e em qualquer buraco que se cave nessa região encontrará vestígios de nossa ocupação, até mesmo quando olharem para o verde da serra estão nos vendo e olhando para os nossos ancestrais, isso por resultado de milênios de relação entre nós Nativos filhos e parte integrada desta Serra e a natureza, em que cada ser vivo corre em nossas veias até mesmo as frondosas *Pindó* (Babaçú) sagrada que nossos ancestrais plantaram no maciço

Será que de fato e de direito a sociedade e poderes constituídos reconheceram os povos nativos do maciço de Baturité? Suas lutas e suas contribuições para o meio ambiente e preservação de seu corpo que é o maciço e até mesmo suas contribuições para a construção

da sociedade cearense? O imagético criado sobre as lutas em defesa da vida menospreza as dores causadas pelos impactos coloniais, contam como se não fossem pessoas, homens, mulheres, crianças a serem atropeladas pela ganância colonial. A fabulação nos mata, deslegitima nosso patrimônio e nos transforma em demônios.

A luta dos Karão Jaguaribaras em defesa do maciço vem sendo travada por séculos e com a reivindicação territorial documentada desde o século XVIII e, até os dias atuais não tem sequer políticas públicas que abracem com precisão suas dignidades tão pouco domínio pelo território a qual é originário e de seus patrimônios. Nessa ótica, precisa de fato que se pense estratégias em rede com os amantes da vida e do patrimônio, juntos em ideologias e ações que possam valorizar algo tão importante que conta muito sobre a sociedade baturiteense, cearense e a brasileira.

REFERÊNCIAS

ADELCO. **Centro de documentação Indígena**. Disponível em: <https://adelco.org.br/centro-documentacao/>. Acesso em: 21 maio 2023.

BÉTARD, F.; PEULVAST, J.-P.; SALES, V. C. Caracterização morfopedológica de uma serra úmida no semi-árido do Nordeste brasileiro: o caso do maciço de Baturité-CE. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v.6, n.2, p.107-126, 2007.

BEZERRA, Antônio. **Algumas origens do Ceará**. Fortaleza: Biblioteca Básica Cearense, 2009.

CASTRO, V. M. C.; OLIVEIRA, C. A.; SILVA, S. F. S. M.; PEDROZA, I. Práticas funerárias dos grupos ceramistas pré-históricos do sítio Serra do Evaristo I, município de Baturité, Ceará. **Mneme, Revista de Humanidades**, v.16, n. 36, p.201-227, 2005.

CORRÊA, Â. A. (2013). Longue durée: história indígena e arqueologia. **Ciência e Cultura**, v.65, n.2), p. 26-29, 2013.

FEPOINCE. **Centro de Documentação Indígena**. Disponível em: <http://adelco.org.br/centro-documentacao/> Retrieved. Acesso em: 16 maio 2020.

Fernantes, R. F. Povos indígenas e antropologia. **Espaço Ameríndio**, v.9, n.1, p.322-354, 2015.

JAGUARIBARAS, Merremii Karão. **Wúpy Taowá: vestindo-se de linguagens**. Ponta Grossa: Ed. UEPG-PROEX, 2022.

LEAL, Vinícius Barros. **Conquista e povoamento do maciço de Baturité**. Fortaleza: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1972.

LIMA NETO, Valdivino José. **As classificações etnolinguísticas dos povos Indígenas do Ceará, segundo os intelectuais do Instituto do Ceará, (1926-1963)**. 2019. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos da Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do norte, CE, 2019.

LEITE NETO, J. **Índios e Terras- Ceará: 1850-1880**. 2006. (Tese)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil (Vol. III)**. Lisboa; Rio de Janeiro: Livraria Portugalia/INL, 1945.

LIMA, Francisco Gleidison; LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. A arqueologia pública como ferramenta na/para proteção dos bens materiais e imateriais do povo Karão Jaguaribaras da Serra de Baturité, Ceará. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA/SESSÃO NORDESTE, 6. **Caderno de resumos**, João Pessoa: SAB/NE, 2020. p.161.

_____. Sítios arqueológicos, história indígena e etnogênese no Maciço de Baturité, Ceará. In: CONGRESSO SAB, 21. **Resumos...**, Mariana: SAB, 2021. p. 68.

LOPES, R. C. S. Os Tembé/Tenetehara de Santa Maria do Pará: entre representações e diálogos antropológicos. **Illuminuras**, v.16, n.38, p.219-254, 2015.

LOPES, R. C. d. S. **Tempos, espaços e cultura material na Vila Santo Antônio do Prata, Pará – Arqueologia junto aos Tembé/Tenetehara**. (Tese)- Universidade Federal do Pará, 2015. Memorial de qualificação.

LOUKOTKA. **Mapa EtnoLingAmerSul**. Scala 1: 8,500,000 or 134.2 miles tô 1 inch.

MEDEIROS, C. N.; SOUSA, F. J. D.; LIMA, K. A. **Perfil das regiões de planejamento - Maciço de Baturité**. Fortaleza: Secretaria de Planejamento e Gestão/Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2017.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa Etnico-histórico do Brasil e Regiões Adjacente**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1944. Escala 1:2.500.000. Mapa do Brasil- IBGE – Escala 1:5. 000.000, 1977.

NOGUEIRA, Paulinho. Vocabulários indígenas em uso na província do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1887. Tomo I.

OLIVEIRA, C.; BORGES, L. E. P.; PEDROZA, I.; ARNALDO, E. A., CASTRO, V.; GHETTI, N. C. Estudos do processo de queima da cerâmica pré-histórica do sítio arqueológico Serra do Evaristo I – Baturité-CE/Brasil. **Colloquium Humanarum**, v.13, n.1, p. 116-135, 2016.

OLIVEIRA, J. E. (Re)aproximando os campos da Antropologia Social e da Arqueologia no Brasil: Etnoarqueologia em laudos antropológicos judiciais sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul. In: OLIVEIRA, J.P.D.; F. MURA, F.; SILVA, A.B. (Eds.). **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília: ABA, [2015]. p. 234-261.

- OLIVEIRA, K. E. **Diga o a povo que avance! Movimento Indígena no Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2013.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Editora UNESP, 1998.
- POMPILO, M. V. F. (2019). **Dieta de um grupo ceramista da Serra do Evaristo (CE): uma busca por evidências através dos registros etnohistóricos e arqueológicos**. 2019. (Mestrado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- SANTOS, S. S. (2016). Os Kanindé no Ceará: o museu indígena como uma experiência em museologia social. In: CURY, M. X. (Ed.). **Museus indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria de Cultura/ACAM Portinari/MAE-USP.2016. p.156-160.
- PINHEIRO, Francisco. **Documentos para a história colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011.
- ROCHA, José Moreira da. **Datas de Sesmarias**. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1920.
- SILVA, F. A.; BESPALAZ, E.; STUCHI, F. F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatnemu, Rio Xingu, Pará. **Amazônica**, v.3, n.1, p. 32-59, 2011.
- SILVA, I. B. P. **Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino**. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- SOBRINHO, T. P. Algumas inscrições rupestres inéditas do estado do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano LXX, p.115-143, 1956.
- SOBRINHO, T. P. **Kariris: Revista de Philologia e de história - tomo II**. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1934.
- STURDAT FILHO, C. Os Aborígenes do Ceará I. **Revista do instituto do Ceará**, Fortaleza, 1962.
- _____. Os Aborígenes do Ceará II. **Revista do instituto do Ceará**, Fortaleza, 1963.
- _____. Notas históricas sobre os indígenas cearense. **Revista do instituto do Ceará**, Fortaleza, 1931.
- TREMEMBÉ, T. P. T.; AUGUSTO, B. P. **Raízes do meu ser: meu passado presente indígena**. Fortaleza: Caixeiro Viajante de Leitura, 2019.
- VALLE, C. G. O. Terras, índios e caboclos em foco: o destino dos aldeamentos indígenas no Ceará (século XIX). In: OLIVEIRA, J. P. (Ed.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011. p. 447-482.
- VIEIRA, R. A. **Mulheres em movimento: um olhar sobre o protagonismo das mulheres Jenipapo-Kanindé, Aquiraz-CE**. 2019. (Mestrado)- Universidade Federal do Ceará/Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Fortaleza, 2019.